

Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA

PROTOCOLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA

PROTOCOLO MUNICIPAL

Nº:21076 /9 / 2025 DATA: 15/09/2025- 15:10:03

ASSUNTO: RECURSO

REQ: ALAHYSIO PEREIRA DE OLIVEIRA CIA LTD

SENHA: B9G6K91

ARABITARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA

FLS. N° 02 EM 15, 09,120,25

ALAHYSIO PEREIRA DE OLIVEIRA CIA. LTDA.

Av . Nilo Peçanha, 1.110, Centro, ARARUAMA - RJ - Cep 28979-285 -

Email: superlagosgas@gmail.com CNPJ 28.526.101/0001-10 Tel: 22-2665 3644

RECURSO ADMINISTRATIVO

Ao Ilmo. Sr. Agente de Contratação da Comissão Permanente de Licitação Município de Araruama - RJ

Pregão Eletrônico nº: 056/2025 Processo Administrativo nº: 14144/2024

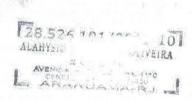
A empresa ALAHYSIO PEREIRA DE OLIVEIRA CIA LTDA, com sede a Av. Nilo Peçanha, 1.110, Centro, Araruama – RJ, inscrita no CNPJ nº 28.526.101/0001-10, participante do Pregão Eletrônico 056/2025, realizado em 05/09/2025, modalidade SRP, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e dos Decretos Municipais, VEM, tempestivamente, por intermédio de seu representante legal Luiz Carlos Macedo de Oliveira, abaixo identificado, dispondo do seu direito conforme manifestado no referido no Pregão, apresentar seu Recurso Administrativo, conforme segue:

Analisando a documentação de habilitação solicitada à empresa E. MIRANDA DE JESUS COMERCIO DE GAS LTDA, inscrita no CNPJ n° 35.647.592/0001-12, estabelecida à Rua Itacolomi, n° 293, bairro Cabiunas, Macaé- RJ, observamos que o sr. Pregoeiro habilitou a referida empresa e não observou irregularidades e ausência de documentos estabelecidos no Edital, sob pena de desclassificação, pois como impõe o art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21: caberá a empresa Licitante provar possuir habilitação juntando documentos que demonstre sua habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e qualificação técnica previstos.

I - Capacidade Técnica -

Item 12.4.1 do EDITAL: Atestado de Capacidade Técnica, atualizado, fornecido por pessoa Jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já executou contrato(s) similar(es) ao objeto descrito no presente Edital.

Para cumprimento desse Item, a empresa E. MIRANDA DE JESUS COMERCIO DE GAS LTDA apresentou um Certificado de Conclusão vencido, pois foi emitido em 15/06/2023. Portanto não atualizado, e não comprovando assim capacidade para o cumprimento do objeto do contrato





ATESTADO DE CONCLUSÃO

Atestamos para os devidos fins que a empresa E MIRANDA DE JESUS COMERCIO DE GAS LTDA, com sede na Rua Itacolomi, 293 — Cabiúnas — Macaé - RJ inscrita no CNPJ sob o nº 35.647.592/0001-12, tendo como sócia administrativa PALIOMA DE OLIVEIRA MIRANDA VELOSO, portadora do CPF n° 151.387.027-00, executou fornecimento de:

600 - Unidade de Gip 13kg
850 - Unidade de Gip 20kg
1000 - Unidade de Gip 45kg

Executou para a empresa CDM GAS CABO FRIO LTDA, com sede à Av. Joaquim Nogueira, Nº 1.170 – São Cristóvão, Cabo Frio/RJ, CEP 28.909-490, inscrita no CNPI sob o Nº 35.676.317/0001-27 satisfatoriamente e dentro dos prazos e especificações estabelecidas os serviços de Fornecimento e Abastecimento de GIp de 13kg, 20 kg e 45kg, realizados no periodo de 12 meses.

No valor de R\$ 913.000,00 (NOVECENTOS E TREZE MIL REAIS).

Macaé – RI, 15 de Junho de 2023.



CNPJ: 22.580.688/0001-69 | INSC. ESTADUAL: 86.972.956 Avenida Pedro Francisco Sanchez, n° 04 - Figueira - Arraial do Cabo/RJ - CEP: 28.930-000 Contatos: (22) 2041-1945 | wilson.miranda@grupoww.com



PROCESSO Nº 21076

ALAHYSIO PEREIRA DE OLIVEIRA CIA. LTDA.

Av . Nilo Peçanha, 1.110, Centro, ARARUAMA - RJ - Cep 28979-285 -

2 – Termo de Abertura e Encerramento

Item 12.3.3 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos O2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigiveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário;

A empresa E. MIRANDA DE JESUS COMERCIO DE GAS LTDA Não apresentou o Termo de Abertura e Encerramento do Balanço Patrimonial de 2024.

3- Certidão de Cartórios da Comarca Sede da empresa

Item 12.3.2: A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de ARARUAMA;

A empresa E. MIRANDA DE JESUS COMERCIO DE GAS LTDA Não apresentou a Certidão referida no Item 12.3.2 referido acima.

4 - Item 12.3.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG);

A empresa E. MIRANDA DE JESUS COMERCIO DE GAS LTDA Apresentou Declaração dos Índices solicitados assinado pelo contador, porém não apresentou Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

Item 13.1: A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá: f) Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com a proposta apresentada.

A empresa E. MIRANDA DE JESUS COMERCIO DE GAS LTDA, a qual teve sua proposta aprovada, não apresentou a Planilha de Custos citada na Letra f acima.

Ante ao exposto requer que a empresa E. Miranda de Jesus Comércio de Gás Ltda , seja declarada inabilitada.

Termos em Que

Pede Deferimento.

Araruama, 09 de setembro de 2025

Luiz Carlos Macedo de (

Documento assinado digitalmente

** LUIZ CARLOS MACEDO DE OLIVEIRA
Data: 10/09/2025 10:25:42-0300

Verifique em https://validar.iti.gov.br

T/0001-10

PROCESSO Nº 27076



Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Araruama Divisão de Protocolo

FOLHA DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Nº do Processo: 21076

Número de Folhas \bigcirc 5

A/AO Cambi

Encaminhamos para apreciação e/ou providências.

Araruama 15/09 /2025.

Assinatura do Euncionário



Ass.: ____ Fls. <u>06</u>

À SEPOL

Ref.: Processo Administrativo nº 14144/2024

Pregão Eletrônico SRP nº 056/2025

Recorrente: ALAHYSIO PEREIRA DE OLIVEIRA CIA LTDA

Recorrida: E. MIRANDA DE JESUS COMÉRCIO DE GÁS LTDA

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa

ALAHYSIO PEREIRA DE OLIVEIRA CIA LTDA, irresignada com a

habilitação da empresa E. MIRANDA DE JESUS COMÉRCIO DE GAS LTDA,

declarada vencedora do certame em referência.

A recorrente sustenta, em síntese, que a empresa habilitada deixou de cumprir exigências editalícias relativas a: (i) atestado de capacidade técnica, (ii) termos de abertura e encerramento do Livro Diário, (iii) certidão da comarca, (iv) certidão de habilitação profissional do contador (CRC) e (v) planilha de custos.



Ass.: _____ Fls. 07

Regularmente intimada, a empresa recorrida apresentou contrarrazões, defendendo a integral regularidade de sua habilitação.

É o breve relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

1. Das alegações recursais

a) Atestado de capacidade técnica

Consta nos autos o Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica atuante no ramo, no qual se comprova o fornecimento de GLP em quantidades plenamente compatíveis com as exigências do objeto licitado, atendendo, portanto, à finalidade prevista no edital, que é a demonstração da experiência pretérita da licitante em contratações similares.



Ass.: _____ Fls. <u>08</u>

Ressalte-se que, embora o instrumento convocatório utilize a expressão "atualizado", a interpretação dessa exigência deve ser feita em consonância com a natureza jurídica do documento. O atestado de capacidade técnica não constitui certidão de validade temporal, mas sim prova de que a empresa já executou satisfatoriamente serviços análogos em período anterior. Assim, a experiência demonstrada mantém-se válida e eficaz independentemente da data de emissão, não havendo fundamento legal para desconsiderar a aptidão técnica da licitante.

Tal entendimento encontra respaldo na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, segundo os quais os atestados de capacidade técnica não se sujeitam a prazo de validade, pois cumprem a finalidade de evidenciar a aptidão da empresa para execução do objeto, vedando-se exigências meramente formais que restrinjam a competitividade.



Ass.: _____ Fls. <u>0</u>

Dessa forma, conclui-se que o atestado apresentado pela empresa recorrida é idôneo, suficiente e juridicamente válido, afastando a alegação recursal de irregularidade quanto a esse requisito.

b) Termos de abertura e encerramento do Livro Diário

Embora o edital estabeleça, de forma expressa, a exigência de juntada dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, verifica-se que a empresa apresentou os Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício – DRE referentes aos exercícios de 2023 e 2024, devidamente acompanhados dos recibos oficiais de transmissão do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

Cumpre destacar que, na própria documentação transmitida via SPED, constam os Termos de Abertura e Encerramento, o que comprova de forma inequívoca que a escrituração contábil foi realizada em conformidade



Ass.: _____ Fls. <u>40</u>

com as normas legais e regulamentares, suprimindo, portanto, qualquer alegação de ausência desse requisito formal.

A comprovação por meio do SPED, além de assegurar a autenticidade, integridade e regularidade da escrituração contábil, confere maior segurança jurídica, uma vez que se trata de sistema oficial de registro e fiscalização, reconhecido pela Receita Federal do Brasil e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Assim, conclui-se que a documentação apresentada pela empresa recorrida atende integralmente à exigência editalícia, sendo plenamente apta a demonstrar sua regularidade econômico-financeira, não havendo fundamento para acolhimento da alegação recursal nesse ponto.

c) Certidões da comarca



Ass.: _____ Fls. ____

Foram juntadas aos autos as Certidões de Distribuição Cível, da Fazenda Pública e da Corregedoria Geral de Justiça, todas emitidas dentro do prazo de validade e em estrita consonância com o previsto no edital. Tais documentos atestam a inexistência de ações de falência, recuperação judicial, insolvência civil ou quaisquer outras ocorrências capazes de comprometer a idoneidade da empresa e a sua regular capacidade de contratar com a Administração Pública.

A apresentação dessas certidões, em conformidade com as exigências editalícias, garante segurança jurídica ao certame e reforça a observância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de evidenciar que a licitante mantém situação regular perante o Poder Judiciário em sua esfera de competência.



Ass.: ____ Fls. <u>12</u>

d) Certidão de habilitação profissional do contador (CRC)

Embora não tenha sido apresentada certidão avulsa emitida pelo CRC, verifica-se que os documentos contábeis transmitidos por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED identificam expressamente o contador responsável pela escrituração, bem como validam o seu respectivo registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade. Dessa forma, resta plenamente atendida a finalidade da exigência editalícia, qual seja, assegurar que as demonstrações contábeis tenham sido elaboradas e assinadas por profissional legalmente habilitado.

A interpretação teleológica da cláusula editalícia conduz à conclusão de que a comprovação constante no SPED possui a mesma eficácia probatória que a certidão avulsa, uma vez que decorre de sistema oficial, dotado de fé pública e utilizado pela Receita Federal do Brasil para fins de controle e fiscalização contábil. Assim, não há que se falar em



Ass.: _____ Fls. <u>43</u>

descumprimento do edital, pois a documentação apresentada cumpre integralmente a exigência e afasta qualquer vício de habilitação.

e) Planilha de custos

O edital foi expresso ao estabelecer que a apresentação da planilha detalhada de custos somente se faz obrigatória nas hipóteses em que a proposta vencedora importe em preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração ou, ainda, quando houver fundados indícios de inexequibilidade. No presente certame, verifica-se que a proposta apresentada pela empresa recorrida não se enquadra em nenhuma dessas situações, razão pela qual não se configurou a obrigação de apresentação da referida planilha.

Exigir tal documento em hipóteses não previstas no edital configuraria inovação indevida das regras do certame e afrontaria



Ass.: _____ Fls. 14

diretamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021), além de comprometer a competitividade do procedimento.

Assim, conclui-se que a ausência da planilha de custos não representa qualquer irregularidade, encontrando-se a empresa recorrida plenamente adstrita às disposições editalícias.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, considerando que a empresa E.

MIRANDA DE JESUS COMÉRCIO DE GAS LTDA apresentou documentação hábil e suficiente para comprovar o atendimento às exigências editalícias, julgo pelo INDEFERIMENTO do recurso administrativo interposto pela empresa ALAHYSIO PEREIRA DE OLIVEIRA CIA LTDA, mantendo-se a



Ass.: _____ Fls. <u>15</u>

habilitação da empresa recorrida e a regularidade de sua participação no certame.

Ademais, em estrita observância ao art. 165 da Lei nº 14.133/2021, que assegura às licitantes a apreciação recursal em duplo grau de jurisdição administrativa, e em respeito aos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa, da segurança jurídica e da legalidade, determino o encaminhamento do presente processo administrativo à Autoridade Competente para apreciação e decisão final acerca do recurso interposto, de modo a assegurar a conformidade do julgamento com o ordenamento jurídico vigente e garantir a legitimidade do certame

Araruama, 16 de setembro de 2025.

CAIO BENITES RANGEL

PREGOEIRO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAL, TRABALHO, HABITAÇÃO E TERCEIRA IDADE

À COMLI.

Processo n° 21076/2025

16

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE JULGAMENTO RECURSO ADMINISTRATIVO Pregão Eletrônico (SRP) Nº 056/2025 – SEPOL.

OBJETO: Aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), nas modalidades P13 (13 kg) e P45 (45 kg), bem como de seus respectivos acessórios, incluindo mangueiras e registros reguladores de pressão, com vistas a atender às demandas operacionais da Secretaria de Política Social (SEPOL) e de seus equipamentos, pelo período de 12 (doze) mese

RECORRENTE: ALAHYSIO PEREIRA DE OLIVEIRA CIA LTDA, inscrita sob CNPJ de nº 28.526.101/0001-10. CONTRARRAZOANTE: E. MIRANDA DE JESUS COMERCIO LTDA inscrita sob CNPJ de nº:35.647.592/0001-12. Nos termos do Artigo 165, parágrafo 2º, da Lei 14.133/2021, ratifico o posicionamento e decisão proferidos pelo pregoeiro em sua resposta ao Recurso Administrativo, sem contrarrazões apresentadas, conhecendo do Recurso interposto pela empresa, ALAHYSIO PEREIRA DE OLIVEIRA CIA LTDA, decidindo pela sua Improcedência, e mantendo a decisão que declarou vencedora do Pregão Eletrônico nº 056/2025-SEPOL a empresa E. MIRANDA DE JESUS COMÉRCIO DE GÁS LTDA, nos termos do Relatório de Decisão do Pregoeiro fls.06 à 15.

É como decido.

Araruama, 19 de setembro de 2025.

Verônica Januário

Secretária Municipal de Política Social, Trabalho e Habitação

may good